PUBLICIDADE LEGAL

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

COMPANHIA FECHADA

CNPJ/MF n.º 94.845.674/0001-30 NIRE n.º 43-3-0000283 7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração **da Refinaria Petróleo Riograndense S.A.**, pelo presente, convoca os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") da **Refinaria de Petróleo Riograndense S/A** ("Companhia"), que se realizará no 19 de março de 2026, às 09 horas, na modalidade **exclusivamente digital**, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, situada na Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, n.º 551, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do dia:**

1. Realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures conversíveis em ações, de espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada, da Companhia, nos termos do artigo 59 da Lei das S.A. ("Emissão"), no valor total de R$451.300.173,78 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, trezentos mil, cento e setenta e três reais e setenta e oito centavos) ("Valor Total da Emissão");
2. Autorização à diretoria da Companhia para tomar todas as providências e celebrar todos os documentos necessários à formalização, efetivação e aperfeiçoamento da Emissão e das deliberações consubstanciadas na Assembleia, inclusive a celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.*" ("Escritura") entre a Companhia e os debenturistas.

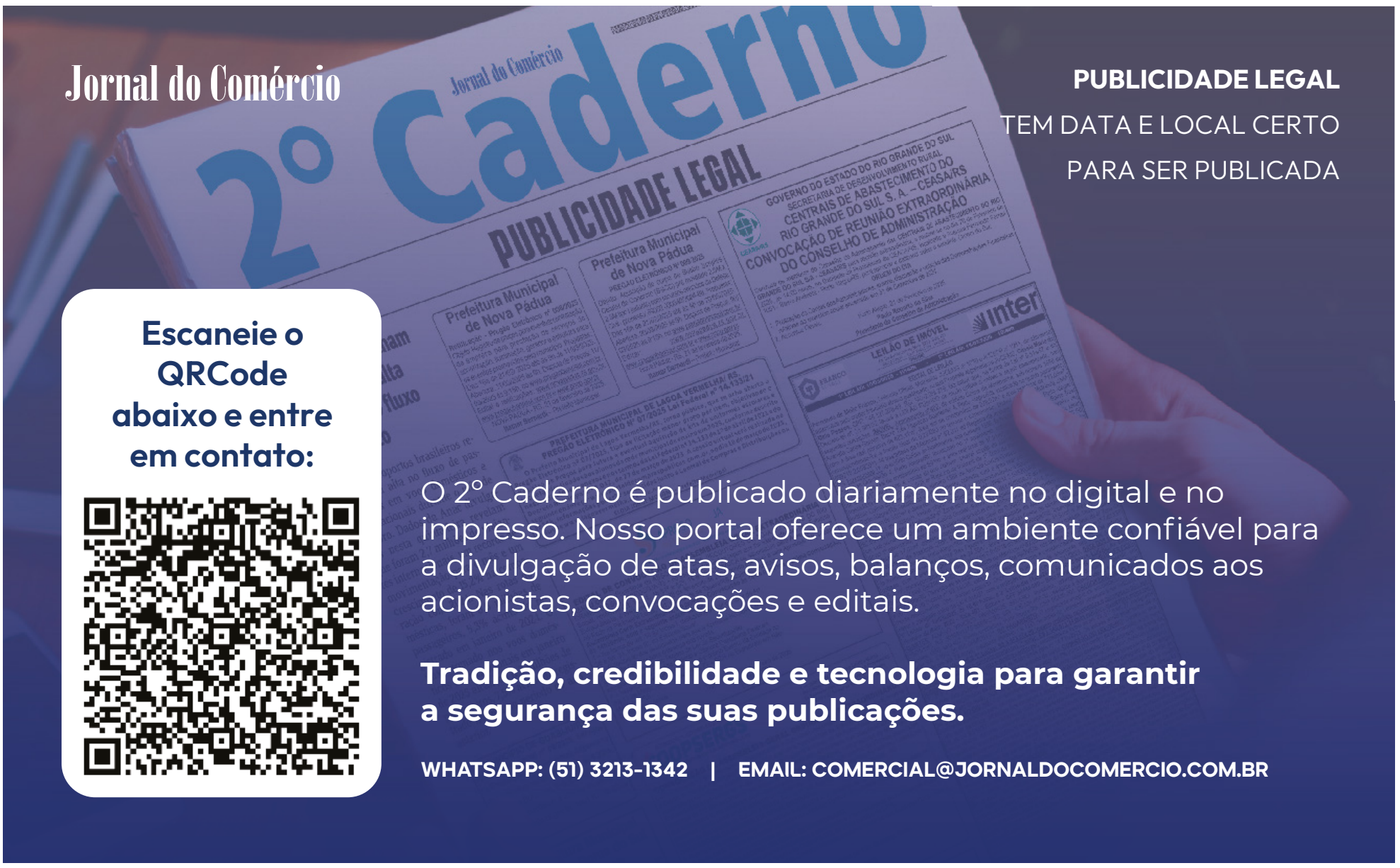
Participação na Assembleia: a Assembleia acontecerá de forma exclusivamente digital, mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI. Todas as orientações necessárias para acesso, participação, e votação à distância estarão disponíveis no endereço eletrônico. Os acionistas, para participarem da presente Assembleia, deverão apresentar extrato emitido em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, os Acionistas poderão ser representados na Assembleia por um procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através do e-mail elisa.gayer@refinariariograndense.com.br, até às 17:00 horas do dia 17 de março de 2026, sob pena de o procurador não poder exercer o mandato.

Rio Grande, RS, 11 de março de 2026.

JORGE MARQUES DE TOLEDO CAMARGO

Presidente do Conselho de Administração



Rojale Holding S.A. Administração e Participações

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ Nº 23.584.468/0001-76
NIRE Nº 43300058832
NOVA PETRÓPOLIS - RS.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores Acionistas,
Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Pela leitura das aludidas peças, poderão V.Sas. certificar-se da situação em que se encontra a empresa. As demonstrações financeiras registram a destinação dos lucros do exercício, no pressuposto de sua aprovação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3° do art. 176 da Lei 6.404/76. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Nova Petrópolis - RS., 26 de fevereiro de 2026. DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL (em R$)

A T I V O	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE	217.879,25	17.403.205,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	187.719,73	939.891,03
Tributos a Recuperar	30.159,52	25.177,72
Outros Créditos	0,00	16.438.136,71
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.196.530.425,34	1.274.363.840,06
INVESTIMENTOS	1.196.530.425,34	1.274.363.840,06
Ações e Participações	1.196.530.425,34	1.274.363.840,06
IMOBILIZADO	0,00	0,00
Custo Original Corrigido	49.000,00	49.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(49.000,00)	(49.000,00)
TOTAL DO ATIVO	**1.196.748.304,59**	**1.291.767.045,52**

P A S S I V O	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE	1.268,86	63.371.811,08
Obrigações Tributárias	494,68	2.143,84
Obrigações Sociais e Trabalhistas	774,18	720,12
Dividendos Estatutários	0,00	46.930.779,33
Outros Débitos	0,00	16.438.167,79
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.196.747.035,73	1.228.395.234,44
Capital Social	423.068.030,00	423.068.030,00
Reservas de Lucros	773.679.005,73	805.327.204,44
TOTAL DO PASSIVO	**1.196.748.304,59**	**1.291.767.045,52**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em R$)

CONTA	Ano 2025	Ano 2024
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	0,00	0,00
(-) Despesas Administrativas	(81.488,94)	(136.982,73)
(-) Despesas Tributárias	(20.811,90)	(166.376,86)
(-) Outras Despesas Operacionais	(128,84)	(104,36)
Outras Receitas Operacionais	207.640.401,94	197.683.600,40
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO	207.537.972,26	197.380.136,45
(-) Despesas Financeiras	(1.062,68)	(131,23)
Receitas Financeiras	73.334,99	319.313,61
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL	207.610.244,57	197.699.318,83
(-) Contribuição Social	(6.600,15)	(28.738,22)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	207.603.644,42	197.670.580,61
(-) Provisão para o Imposto de Renda	(11.000,24)	(67.299,22)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	207.592.644,18	197.603.281,39
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DE CAPITAL	0,4907	0,4671

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS (em R$)

CONTA	Ano 2025	Ano 2024
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	207.592.644,18	197.603.281,39
(-) PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO:		
(-) Reserva Legal	(10.379.632,21)	(9.880.164,07)
(-) Dividendos Estatutários	0,00	(46.930.779,33)
(-) Distribuição de Lucros	(113.300.000,00)	0,00
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(83.913.011,97)	(140.792.337,99)
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
DIVIDENDOS POR AÇÃO DE CAPITAL	0,000	0,1109

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO (em R$)

DESCRIÇÃO	Ano 2025	Ano 2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVID. OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	207.592.644,18	197.603.281,39
AJUSTES:		
Ajuste Equivalência Patrimonial	(207.640.401,94)	(197.683.600,40)
(AUMENTO)/RED. EM ATIVOS OPERACIONAIS		
(Aumento)/Redução de Tributos a Recuperar	(4.981,80)	(6.976,79)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	16.438.136,71	(16.438.136,71)
AUM./(RED.) EM PASSIVOS OPERACIONAIS		
Aumento/(Redução) de Obrigações Tributárias	(1.649,16)	438,44
Aumento/(Red.) de Obrig. Soc. e Trabalhistas	54,06	46,92
Aumento/(Redução) de Outros Débitos	(16.438.167,79)	16.438.167,79
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID. OPERACIONAIS	(54.365,74)	(86.779,36)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVID. DE INVEST.		
Recebimento de Lucros	285.473.816,66	115.236.486,03
CAIXA LÍQ. DAS ATIVID. DE INVESTIMENTOS	285.473.816,66	115.236.486,03
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVID. DE FINANC.		
Distribuição de Lucros	(286.171.622,22)	(115.000.000,00)
CAIXA LÍQ. DAS ATIVID. DE FINANCIAM.	(286.171.622,22)	(115.000.000,00)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	(752.171,30)	149.706,67
Caixa e equiv. de caixa no início do período	939.891,03	790.184,36
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	187.719,73	939.891,03
VARIAÇÃO DAS CONTAS CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(752.171,30)	149.706,67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS
A sociedade tem como objetivo a atividade de holding de instituição não financeira, compra e venda de bens próprios, locação e administração de móveis e imóveis.
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, nos seus aspectos materiais. Para fins de apresentação destas demonstrações, esse conjunto de regras é também denominado "BR GAAP".
NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações financeiras da Companhia (BR GAAP): a) Base de Elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. b) Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), a moeda funcional da Companhia. c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. d) Investimentos: O investimento refere-se à participação societária ajustada pela Equivalência Patrimonial. e) Passivo Circulante: Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais auferidos. f) Imposto de Renda e Contribuição Social: A empresa adotou o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social aplicando as regras do regime de tributação com base no Lucro Presumido. g) Provisões: Constitui-se uma provisão quando a Sociedade possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões nas controladas/coligadas são registradas tendo como base estimativas dos riscos envolvidos, se possível, de forma calculatória, e quando aplicável, após a oitiva de profissionais específicos alocados a cada caso. h) Apuração do Resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o Regime de Competência. i) Uso de Estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, a seu critério, que podem vir a afetar os valores de ativos e passivos, receitas, custos e despesas. Os reais valores podem ser diferentes dos estimados.
NOTA 4 – OUTROS CRÉDITOS
O saldo da conta "Outros Créditos", em 31/12/2024, apresentado no Ativo Circulante, refere-se ao adiantamento de dividendos pagos aos acionistas. A distribuição do resultado foi formalmente reconhecida no exercício seguinte, por ocasião da aprovação das demonstrações financeiras na Assembleia Geral Ordinária (AGO).
NOTA 5 - INVESTIMENTOS
Ajuste da Equivalência Patrimonial:
a) Participação Societária na Companhia Dakota S/A, equivalente a 99,6251%, que gerou o seguinte ajuste em 31.12.2025:

Patrimônio Líquido da Dakota S/A	R$ 143.574.333,07
Participação de 99,6251% em 31/12/2025	R$ 143.036.072,90
(-) Saldo Contábil do Investimento	R$ 116.739.888,12
(=) Ajuste Positivo da Equivalência Patrimonial	R$ 26.296.184,78

b) Participação Societária na Companhia Dakota Nordeste S/A, equivalente a 81,7922%, que gerou o seguinte ajuste em 31.12.2025:

Patrimônio Líquido da Dakota Nordeste S/A	R$ 842.613.495,71
Participação de 81,7922% em 31/12/2025	R$ 689.192.115,64
(-) Saldo Contábil do Investimento	R$ 590.740.308,99
(=) Ajuste Positivo da Equivalência Patrimonial	R$ 98.451.806,65

c) Participação Societária na Companhia Dakota Calçados S/A, equivalente a 99,9956%, que gerou o seguinte ajuste em 31.12.2025:

Patrimônio Líquido da Dakota Calçados S/A	R$ 364.318.266,80
Participação de 99,9956% em 31/12/2025	R$ 364.302.236,80
(-) Saldo Contábil do Investimento	R$ 281.409.826,29
(=) Ajuste Positivo da Equivalência Patrimonial	R$ 82.892.410,51

NOTA 6 – OUTROS DÉBITOS
O saldo da conta "Outros Débitos", em 31/12/2024, apresentado no Passivo Circulante, referia-se ao adiantamento de dividendos recebidos da Controlada Dakota S/A. A distribuição do resultado na investida foi formalmente reconhecida no exercício seguinte, por ocasião da aprovação das demonstrações financeiras na Assembleia Geral Ordinária (AGO).
NOTA 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social
Em 31 de Dezembro de 2025, o Capital Social totalmente integralizado é de R$ 423.068.030,00 (Quatrocentos e vinte e três milhões, sessenta e oito mil e trinta reais), dividido em 423.068.030 (Quatrocentos e vinte e três milhões, sessenta e oito mil e trinta) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.
b) Reserva de Lucros
Representa o montante que a empresa transfere da conta Lucros Acumulados, para futuros aumentos de Capital Social, para distribuição de lucros ou compensação de prejuízos e outras destinações, a critério da reunião dos acionistas.
NOTA 8 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
Trata-se de receitas com equivalência patrimonial positiva.
NOTA 9 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por intermédio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada, a qual todavia se sujeita a variáveis e oscilações de mercado.
Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:
Caixa e Equivalentes de Caixa: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, resultando em valores idênticos aos saldos contábeis.
Risco de Derivativos: A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Sendo assim, em 31.12.2025 não foram contabilizadas provisões de riscos com perdas em derivativos nos termos da NBC TG 48 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Romeu Lehnen
Diretor Presidente

Janete Terezinha Lehnen
Diretora

Marciane Giehl Ludwig
Contadora CRC/RS 71.996/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da Companhia ROJALE HOLDING S.A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia ROJALE HOLDING S.A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, dos lucros acumulados e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia ROJALE HOLDING S.A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
· Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Porto Alegre (RS), 26 de fevereiro de 2026.

LETICIA PIERETTI
Contadora CRC/RS 60.576
CONFIDOR AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/RS 2-209-T-SP/F/RS

Member of
gmn international
LEA global leading edge alliance

PUBLICIDADE LEGAL

MDM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ Nº 07.243.514/0001-17 - NIRE 43300045030
NOVA PETRÓPOLIS – RS.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores Acionistas,

Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Pela leitura das aludidas peças, poderão V.Sas. certificar-se da situação em que se encontra a empresa. As demonstrações financeiras registram a destinação dos lucros do exercício, no pressuposto de sua aprovação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3° do art. 176 da Lei 6.404/76.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Nova Petrópolis - RS., 25 de fevereiro de 2026. DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL (em R$)

A T I V O	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE	388.029.843,25	355.873.057,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.944.114,31	3.495.766,60
Adiantamentos a Fornecedores	3.787,09	0,00
Aluguéis a Receber	4.133.096,04	3.943.636,35
Estoques de Imóveis	367.679.635,56	342.969.929,50
Tributos a Recuperar	14.765,12	727,87
Outros Créditos	3.235.000,00	5.442.631,40
Despesas Antecipadas	19.445,13	20.365,56
ATIVO NÃO CIRCULANTE	841.660,11	1.092.771,65
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	71.387,13	71.387,13
Depósitos Judiciais	71.387,13	71.387,13
INVESTIMENTOS	2.392,34	1.359,28
Ações e Participações	2.392,34	1.359,28
IMOBILIZADO	767.880,64	1.020.025,24
Custo Original Corrigido	1.852.621,12	1.852.621,12
(-) Depreciação Acumulada	(1.084.740,48)	(832.595,88)
INTANGÍVEL	0,00	0,00
Bens Intangíveis	480,99	480,99
(-) Amortizações Acumuladas	(480,99)	(480,99)
TOTAL DO ATIVO	**388.871.503,36**	**356.965.828,93**

P A S S I V O	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE	20.533.155,26	45.993.335,62
Obrigações Tributárias	882.899,70	752.620,00
Obrigações Sociais e Trabalhistas	87.279,26	10.767,08
Credores Diversos	269.000,00	1.650.017,67
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.000.000,00	40.000.000,00
Dividendos Estatutários	4.293.976,30	3.579.930,87
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	368.338.348,10	310.972.493,31
Capital Social	243.000.000,00	203.000.000,00
Reservas de Lucros	125.338.348,10	107.972.493,31
TOTAL DO PASSIVO	**388.871.503,36**	**356.965.828,93**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em R$)

CONTA	Ano 2025	Ano 2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25.309.742,76	22.158.359,74
(-) Custos dos Serviços Prestados	(4.239.385,21)	(3.780.140,19)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	21.070.357,55	18.378.219,55
(-) Despesas Administrativas	(305.276,44)	(163.714,14)
(-) Despesas Tributárias	(64.901,00)	(31.705,49)
(-) Outras Despesas Operacionais	0,00	(700.000,00)
Outras Receitas Operacionais	107.423,23	286.469,67
LUCRO ANTES RESULT. FINANCEIRO	20.807.603,34	17.769.269,59
(-) Despesas Financeiras	(58.058,90)	(220.565,97)
Receitas Financeiras	318.844,14	136.200,83
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL	21.068.388,58	17.684.904,45
(-) Contribuição Social	(797.423,38)	(698.297,11)
LUCRO ANTES DO IMP. DE RENDA	20.270.965,20	16.986.607,34
(-) Imposto de Renda	(2.191.064,98)	(1.913.214,20)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.079.900,22	15.073.393,14
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DE CAP.	0,0744	0,0743

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS (em R$)

CONTA	Ano 2025	Ano 2024
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.079.900,22	15.073.393,14
(-) PROP. DE DESTIN. DO RESULTADO: .		
(-) Reserva Legal	(903.995,01)	(753.669,66)
(-) Dividendos Estatutários	(4.293.976,30)	(3.579.930,87)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(12.881.928,91)	(10.739.792,61)
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
DIVIDENDOS POR AÇÃO DE CAPITAL	0,0177	0,0176

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO (em R$)

CONTA	Ano 2025	Ano 2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVID. OPERAC.		
Lucro Líquido do Exercício	18.079.900,22	15.073.393,14
AJUSTES:		
Depreciação	252.144,60	251.993,37
(AUM.)/RED. EM ATIVOS OPERACIONAIS		
(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	(3.787,09)	19.622,49
(Aumento)/Red. de Aluguéis a Receber	(189.459,69)	(281.545,44)
(Aumento)/Red. do Estoque de Imóveis	(24.709.706,06)	(50.992.326,02)
(Aumento)/Red. de Tributos a Recuperar	(14.037,25)	729,22
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	2.207.631,40	(5.441.747,08)
(Aumento)/Red. de Desp. Antecipadas	920,43	1.137,85
(Aumento)/Redução do Realizável a Longo Prazo	0,00	50.481,10
AUM./(RED.) EM PASSIVOS OPERACIONAIS		
Aumento/(Redução) das Obrig. Tributárias	130.279,70	39.331,58
Aum./(Red.) das Obrig. Sociais e Trabalhistas	76.512,18	29,43
Aumento/(Red.) dos Credores Diversos	(1.381.017,67)	407.200,05
CAIXA LÍQ. DAS ATIVID. OPERACIONAIS .	(5.550.619,23)	(40.871.700,31)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVID. DE INVEST.		
Aquisição de Imobilizado	0,00	(18.149,57)
Aquisição de Ações e Participações	(1.033,06)	(1.100,58)
CAIXA LÍQ. DAS ATIVID. DE INVEST.	(1.033,06)	(19.250,15)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVID. DE FINANC.		
Integralização de Capital	40.000.000,00	13.000.000,00
Adiantamento para Aumento de Capital	(25.000.000,00)	27.000.000,00
CAIXA LÍQ. DAS ATIVID. DE FINANC.	15.000.000,00	40.000.000,00
VARIAÇÃO LÍQ. DAS DISPONIBILIDADES.	9.448.347,71	(890.950,46)
Caixa e equiv. de caixa no início do período	3.495.766,60	4.386.717,06
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	12.944.114,31	3.495.766,60
VARIAÇÃO DAS CONTAS CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.448.347,71	(890.956,46)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

A sociedade tem como objetivo a atividade de holding de instituição não financeira, compra e venda de bens próprios, locação e administração de móveis e imóveis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, nos seus aspectos materiais. Para fins de apresentação destas demonstrações, esse conjunto de regras é também denominado "BR GAAP".

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações financeiras da Companhia (BR GAAP): a) Base de Elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. b) Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), a moeda funcional da Companhia. c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. d) Estoques: Compõem-se de imóveis destinados à locação e venda, contabilizados ao custo de aquisição. e) Investimentos: Refere-se a investimentos não relevante, registro pelo valor de custo de aquisição. f) Imobilizado/Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação estão em processo de revisão e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas será contabilizado prospectivamente. g) Demais Ativos: Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. h) Passivo Circulante: Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais auferidos. i) Imposto de Renda e Contribuição Social: A Sociedade adotou o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social aplicando as regras do regime de tributação com base no Lucro Presumido. j) Provisões: Constitui-se uma provisão quando a Sociedade possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base estimativas dos riscos envolvidos, se possível, de forma calculatória, e quando aplicável, após a oitiva de profissionais específicos alocados a cada caso. k) Apuração do Resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o Regime de Competência. l) Uso de Estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, a seu critério, que podem vir a afetar os valores de ativos e passivos, receitas, custos e despesas. Os reais valores podem ser diferentes dos estimados.

NOTA 4 – ALUGUÉIS A RECEBER

O saldo da conta Aluguéis a Receber, no Ativo Circulante, compõe-se de créditos por locação de imóveis.

NOTA 5 – ESTOQUES DE IMÓVEIS

Contas	31.12.2025 em R$	31.12.2024 em R$
Terrenos	210.420.367,26	201.276.225,22
Prédios	135.309.967,32	130.105.331,32
Construções em Andamento	21.949.300,98	11.588.372,96
TOTAIS	367.679.635,56	342.969.929,50

Os estoques foram avaliados conforme descrito na Nota N° 3 letra "d", e os valores contabilizados não excedem ao valor de mercado.

NOTA 6 - OUTROS CRÉDITOS

O saldo da conta "Outros Créditos", registrado no Ativo Circulante, é composto por adiantamentos para aquisição de imóveis e créditos referentes a operações pendentes de liquidação.

NOTA 7 – IMOBILIZADO

	31.12.2025 em R$			31.12.2024 em R$	Taxa
Conta	Valor Corrigido	Deprec. Acumul.	Valor Residual	Valor Residual	Depr. %
Móveis e Utensílios	1.158.641,93	(474.547,18)	684.094,75	799.959,79	10
Veículos	681.397,60	(597.611,71)	83.785,89	220.065,45	20
Computadores e Periféricos	12.581,59	(12.581,59)	0,00	0,00	10
TOTAIS	1.852.621,12	(1.084.740,48)	767.880,64	1.020.025,24	

NOTA 8 – INTANGÍVEL

	31.12.2025 em R$			31.12.2024 em R$	Taxa
Conta	Valor Corrigido	Amort. Acumul.	Valor Residual	Valor Residual	Amort. %
Softwares	480,99	(480,99)	0,00	0,00	20
TOTAIS	480,99	(480,99)	0,00	0,00	

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Conta	31.12.2025 em R$	31.12.2024 em R$
Imposto de Renda (IRPJ)	556.927,92	491.209,32
Contribuição Social (CSLL)	208.710,85	180.439,00
PIS	14.311,38	13.297,67
COFINS	66.052,50	61.373,85
IRRF	354,98	714,76
Outros Tributos	36.542,07	5.585,40
TOTAIS	882.899,70	752.620,00

NOTA 10 – CREDORES DIVERSOS

Conta	31.12.2025 em R$	31.12.2024 em R$
Contas a Pagar (a)	269.000,00	1.650.000,00
Outros Débitos a Pagar	0,00	17,67
TOTAIS	269.000,00	1.650.017,67

a) O saldo está composto pelo valor a pagar referente a compras de imóveis.

NOTA 11 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Registra os adiantamentos de recursos dos Acionistas, para futura incorporação ao Capital Social.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 31 de Dezembro de 2025, o Capital Social totalmente integralizado é de R$ 243.000.000,00 (duzentos e quarenta e três milhões de reais), dividido em 121.500.000 (cento e vinte e um milhões e quinhentos mil) ações Ordinárias e 121.500.000 (cento e vinte e um milhões e quinhentos mil) ações Preferenciais, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. b) Reserva de Lucros: Representa o montante que a Sociedade transfere da conta Lucros Acumulados, para futuros aumentos de Capital Social, para distribuição de lucros ou compensação de prejuízos e outras destinações, a critério da reunião dos acionistas.

NOTA 13 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação da Receita Operacional Bruta para a Receita Operacional Líquida é demonstrada a seguir:

Conta	Ano 2025 em R$	Ano 2024 em R$
Receita Operacional Bruta	26.356.226,71	23.081.832,44
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.046.483,95)	(923.472,70)
Receita Operacional Líquida	25.309.742,76	22.158.359,74

NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Trata-se de Receitas com Recuperação de Despesas e Alienação de Bens Patrimoniais.

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por intermédio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada, a qual todavia se sujeita a variáveis e oscilações de mercado.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado: Caixa e Equivalentes de Caixa: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, resultando em valores idênticos aos saldos contábeis.

Risco de Derivativos: A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Sendo assim, em 31.12.2025 não foram contabilizadas provisões de riscos com perdas em derivativos nos termos da NBC TG 48 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 16 – COBERTURA DE SEGUROS

A sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotada, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes.

A sociedade mantém apólices de seguros contratados junto a seguradoras idôneas do país, havendo sido consultados especialistas na área, seguros estes que levam em consideração a natureza e o grau de riscos envolvidos.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS DE PROCESSOS JUDICIAIS

A Empresa é parte em processos de natureza cível e tributário, que estão sendo discutidos judicialmente. Em 31/12/2025, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, foram estimados passivos contingentes como perdas "possíveis", no montante de R$ 134.834,28 e perdas "prováveis", no montante de R$ 262.816,89, havendo depósitos judiciais que estão vinculados a estes processos, no montante de R$ 71.387,13.

Romeu Lehnen
Diretor Presidente

Janete Terezinha Lehnen
Diretora Vice-Presidente

Marciane Giehl Ludwig
Contadora CRC/RS 71.996/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da Companhia
MDM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia **MDM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, dos lucros acumulados e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia **MDM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre (RS), 25 de fevereiro de 2026.

LETICIA PIERETTI
Contadora CRC/RS 60.576
CONFIDOR AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/RS 2-209-T-SP/F/RS

Member of

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

banrisul consórcio
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92692979/0001-24
Rua Siqueira Campos, 833 - 4º andar - Porto Alegre - RS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.
A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Banrisul Consórcios", "Companhia") tem como objetivo administrar grupos de consórcios, com foco principal em cotas de automóveis e de imóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. a aquisição de bens, quitação de financiamentos e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia administrava 120 grupos de consórcios (133 grupos em 31.12.2024) com uma base de clientes ativos de 71.998 consorciados (77.832 consorciados ativos em 31.12.2024). No exercício de 2025, ocorreram 11.336 contemplações (13.856 contemplações em 2024). No exercício de 2025, apresentou lucro líquido de R$ 116.319 mil.
A Banrisul Consórcios tem como política a distribuição de resultados, assegurando aos acionistas a título de dividendos uma quota do lucro líquido em percentual a ser definido anualmente nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ajustado nos termos da Lei.
A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter em carteira os títulos classificados como mantidos até o vencimento, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN.
Agradecimentos
Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem suas atividades.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025
Ativo		
Ativos Financeiros		662.083
Disponibilidades	6	184
Instrumentos Financeiros		661.899
Ao Custo Amortizado		629.513
Títulos e Valores Mobiliários	7a	605.064
Outros Ativos Financeiros	7b	24.449
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		32.386
Títulos e Valores Mobiliários	7c	32.386
Ativos Fiscais		39.960
Diferidos	15b	39.960
Outros Ativos	8	54.364
Imobilizado		4.346
Imobilizado de Uso		8.286
(-) Depreciações Acumuladas		(3.940)
Total do Ativo		**760.753**

	Nota	2025
Passivo		
Passivos Financeiros		40.723
Ao Custo Amortizado		40.723
Outros Passivos Financeiros	9	40.723
Provisões Cíveis e Fiscais	10	855
Passivos Fiscais		27.589
Correntes		11.812
Diferidos	15d	15.777
Outros Passivos	11	117.366
Total do Passivo		**186.533**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	12	330.000
Reservas de Lucros	12	244.220
Total do Patrimônio Líquido		**574.220**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**760.753**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em reais)

	Nota	2º Semestre 2025	2025
Resultado da Intermediação Financeira		**47.366**	**84.548**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**59.171**	**87.811**
Receitas de Prestação de Serviços	13	102.019	169.289
Outras Receitas		5.122	6.761
Outras Despesas Administrativas	14	(35.173)	(63.282)
Despesas Tributárias		(11.667)	(23.018)
Outras Despesas		(1.130)	(1.939)
Resultado Antes dos Tributos		**106.537**	**172.359**
Tributos sobre o Lucro	15a	**(35.960)**	**(56.040)**
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		**70.577**	**116.319**
Lucro Básico e Diluído por Ação		**0,79**	**1,30**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	2025
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	70.577	116.319
Total do Resultado Abrangente do Período	**70.577**	**116.319**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	2025
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Semestre/Exercício Antes IR/CS	106.537	172.359
Ajustes do Lucro Líquido		
Provisões Cíveis e Fiscais	56	42
Outras Reversões de Provisões	(139)	(333)
Alienação de Valores e Bens	-	(77)
Diferimento Receitas a Apropriar	(6.001)	(1.057)
Depreciação	550	1.100
Variações de Ativos e Obrigações		
Redução em Títulos e Valores Mobiliários	29	188
Aumento em Outros Ativos Financeiros	(1.856)	(1.909)
Aumento em Ativos Fiscais	(13.351)	(17.340)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(3)	60
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros	(322)	151
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(13.183)	(30.054)
Redução em Outros Passivos	(27.319)	(24.104)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**44.998**	**99.026**
Atividades de Investimento		
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	(98.710)	(126.176)
Alienações de Imobilizado	-	77
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	**(98.710)**	**(126.099)**
Redução de Caixa e Equivalentes a Caixa	**(53.712)**	**(27.073)**
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Semestre/Exercício	**84.886**	**58.247**
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Semestre/Exercício	**31.174**	**31.174**
Redução de Caixa e Equivalentes a Caixa	**(53.712)**	**(27.073)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reserva Estatutária	Reservas de Lucros – Reserva Especial	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**330.000**	**32.378**	**31.184**	**92.155**	**211**	**-**	**485.928**
Adoção Inicial Resolução BCB nº 352/2023 e Resolução BCB nº 178/2022							(190)	(190)
Reclassificação Modelo de Negócio						(211)		(211)
Saldo de Abertura em 1º de janeiro de 2025		**330.000**	**32.378**	**31.184**	**92.155**	**-**	**(190)**	**485.527**
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	116.319	116.319
Destinação do Lucro								
Constituição de Reservas	12b	-	5.816	5.816	76.871	-	(88.503)	-
Dividendos							(27.626)	(27.626)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**330.000**	**38.194**	**37.000**	**169.026**	**-**	**-**	**574.220**
Saldos em 1º de julho de 2025		**330.000**	**34.665**	**33.471**	**122.268**	**-**	**-**	**520.404**
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	70.577	70.577
Destinação do Lucro								
Constituição de Reservas	12b	-	3.529	3.529	46.758	-	(53.816)	-
Dividendos							(16.761)	(16.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**330.000**	**38.194**	**37.000**	**169.026**	**-**	**-**	**574.220**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS
Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025
Ativo		
Caixa e Equivalentes a Caixa		550
Aplicações Financeiras	18	758.963
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	19	1.008.605
Compensação		7.638.225
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		48.880
Contribuições Devidas ao Grupo		4.045.523
Valores e Bens ou Serviços a Contemplar		3.543.822
Total do Ativo		**9.406.343**

	Nota	2025
Passivo		
Obrigações com Consorciados		626.863
Valores a Repassar		15.547
Obrigações por Contemplações a Entregar		688.395
Recursos a Devolver a Consorciados		304.363
Recursos dos Grupos		132.950
Compensação		7.638.225
Recursos Mensais a Receber de Consorciados		48.880
Obrigações do Grupo por Contribuições		4.045.523
Bens ou Serviços a Contemplar		3.543.822
Total do Passivo		**9.406.343**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2025	2025
Disponibilidades no Início do Período	**782.455**	**742.018**
Caixa e Equivalentes a Caixa	**2.258**	**2.330**
Aplicações Financeiras	**780.197**	**739.688**
Aplicações Financeiras dos Grupos	76.847	73.859
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	703.350	665.829
(+) Recursos Coletados	**587.378**	**1.180.908**
Contribuições para Aquisições de Bens	447.289	902.628
Taxa de Administração	70.738	143.010
Contribuição ao Fundo de Reserva	15.790	31.150
Renda de Aplicação Financeira	45.091	84.857
Prêmios de Seguros	2.778	5.701
Outros	5.692	13.562
(-) Recursos Utilizados	**610.320**	**1.163.413**
Aquisição de Bens	457.983	875.086
Taxa de Administração	72.152	145.674
Prêmio de Seguros	2.848	5.860
Devolução a Consorciados Desligados	30.505	65.714
Outros	46.832	71.079
Disponibilidades no Final do Período	**759.513**	**759.513**
Caixa e Equivalentes a Caixa	**550**	**550**
Aplicações Financeiras	**758.963**	**758.963**
Aplicações Financeiras dos Grupos	70.567	70.567
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	688.396	688.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Apresenta-se a seguir as Notas Explicativas integrantes do conjunto de demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Nota 01 - Contexto Operacional
A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora", "Banrisul Consórcios", "Companhia") tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados preferencialmente à aquisição de bens móveis e imóveis, tendo como seu principal parceiro na comercialização de seus produtos o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco").
Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações são conduzidas utilizando, de forma compartilhada, a infraestrutura tecnológica e administrativa do controlador mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser compreendidas nesse contexto.
A Banrisul Consórcios mantém sua busca à automatização dos fluxos de trabalho com viés na tecnologia. A busca da qualificação e de novas formas de vendas proporciona o aumento da quantidade de consorciados ativos e adimplentes. Essas são ações que pretendemos manter e aprimorar, citando em especial a disponibilização do APP Consórcio para cliente do Banco vendendo cotas com foco no autoatendimento. A Banrisul Consórcios segue prestando suporte qualificado e ágil à rede de agências e atendendo consorciados em diversos formatos, objetivando que contemplações e aquisições corram sua jornada de forma ágil e segura para os envolvidos no processo.

Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
(a) Declaração de Conformidade
As demonstrações financeiras, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), além da aplicação da Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020 e da Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023.
A Instrução Normativa BCB nº 282 de 27 de abril de 2022 estabelece os modelos das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.
A Resolução BCB n° 156/2021 estabelece os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio.
O conselho de administração da companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2026.
(b) Convergência às Normas Internacionais
A Resolução BCB nº 120/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, estabeleceu os princípios gerais e os procedimentos específicos para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio. O artigo 2º determina que sejam aplicados os pronunciamentos técnicos abaixo relacionados os quais foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:
- Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovado em 1º de novembro de 2019;
- Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 6 de agosto de 2010;
- Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado em 26 de junho de 2009;
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, aprovado em 7 de dezembro de 2012, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de elementos patrimoniais e de resultado esteja prevista em regulamentação específica;
- Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016;
- Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos, conforme determina a Resolução BCB nº 178/2022.

A Resolução BCB nº 6/2020 define os critérios e os procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.
Os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas e de contingências ativas (constantes no Pronunciamento Técnico CPC 25) foram recepcionados pelo Banco Central na Resolução BCB nº 9/2020.
(c) Moeda Funcional
A moeda funcional da Banrisul Consórcios é o Real, sendo que as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.
(d) Continuidade Operacional
A presente demonstração financeira foi elaborada sob o pressuposto de continuidade operacional.
(e) Adoção Inicial – Resolução BCB nº 352/2023, Resolução BCB nº 390/2024 e Resolução 178/2022
(e.1) Remensuração e Reclassificação Balanço Patrimonial
Considerando as Resoluções BCB nº 92/21, em vigor desde 1º de janeiro de 2022, e nº 390/24, que tratam da utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), e a Resolução BCB nº 352/23, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, foi realizada a transferência de saldos entre contas do Balanço Patrimonial, além da abertura de novas contas. A tabela a seguir apresenta a classificação dos saldos em 31 de dezembro de 2024, bem como sua reclassificação e remensuração em 1º de janeiro de 2025.

Balanço Patrimonial - Ativo

Classificação Anterior	Saldo em 31/12/2024	Efeitos Resoluções – Reclassificação	Efeitos Resoluções – Remensuração	Nova Classificação	Saldo em 01/01/2025
Ativo Circulante	**361.816**			**Ativo Circulante**	**361.417**
				Ativos Financeiros	342.167
Disponibilidades - Depósitos bancários à vista	410	410	-	Disponibilidades	410
Ativos financeiros				Instrumentos Financeiros	340.100
Títulos e valores mobiliários	340.420			Ao Custo Amortizado	280.677
		280.677	-	Títulos e Valores Mobiliários	280.677
				Ao Valor Justo por Meio do Resultado	59.423
		59.743	(320)	Títulos e Valores Mobiliários	59.423
Outros créditos - diversos	13.877			Instrumentos Financeiros	1.309
				Ao Custo Amortizado	1.309
		1.424	-	Outros Ativos Financeiros	1.424
		(36)	(79)	(-) Provisão para Perdas Esperadas	(115)
				Ativos Fiscais	10.894
		10.894	-	Correntes	10.894
				Instrumentos Financeiros	348
				Ao Custo Amortizado	348
		348	-	Outros Ativos Financeiros	348
		1.247	-	Outros Ativos	1.247
Despesas antecipadas	7.109	7.109	-	Outros Ativos	7.109
Ativo Não Circulante	**286.380**			**Ativo Não Circulante**	**288.468**
				Ativos Financeiros	207.894
				Instrumentos Financeiros	187.127
Ativos financeiros				Ao Custo Amortizado	187.127
Títulos e valores mobiliários	187.127	187.127	-	Títulos e Valores Mobiliários	187.127
Outros créditos - diversos	21.606				
				Instrumentos Financeiros	20.767
				Ao Custo Amortizado	20.767
		20.767	-	Outros Ativos Financeiros	20.767
				Ativos Fiscais	375
		375	-	Correntes	375
		464	-	Outros Ativos	464
Despesas antecipadas	31.652	31.652	-	Outros Ativos	31.652
				Ativos Fiscais	42.945
Créditos tributários	42.918	42.918	27	Diferidos	42.945
Imobilizado	3.077	-		Imobilizado	5.138
Imobilizado de uso	4.781	-	3.308	Imobilizado de Uso	8.089
Depreciações acumuladas	(1.704)	-	(1.247)	(-) Depreciações Acumuladas	(2.951)
Total do Ativo	**648.196**			**Total do Ativo**	**649.885**

Balanço Patrimonial - Passivo

Classificação Anterior	Saldo em 31/12/2024	Efeitos Resoluções – Reclassificação	Efeitos Resoluções – Remensuração	Nova Classificação	Saldo em 01/01/2025
Passivo Circulante	**57.082**			**Passivo Circulante**	**59.281**
				Passivos Financeiros	2.199
				Ao Custo Amortizado	2.199
	-		2.199	Outros Passivos Financeiros	2.199
				Passivos Financeiros	102
				Ao Custo Amortizado	102
Sociais e estatutárias	102	102	-	Outros Passivos Financeiros	102
				Passivos Fiscais	10.104
Fiscais e previdenciárias	10.104	10.104	-	Correntes	10.104
Diversas	15.832				
				Passivos Financeiros	11.720
				Ao Custo Amortizado	11.720
		11.720	-	Outros Passivos Financeiros	11.720
		4.112	-	Outros Passivos	4.112
Receitas antecipadas	31.044	31.044	-	Outros Passivos	31.044
Passivo Não Circulante	**105.186**			**Passivo Não Circulante**	**105.077**
Receitas antecipadas	91.037	91.037	-	Outros Passivos	91.037
Provisões para riscos cíveis e fiscais	862	862	-	Provisões Cíveis e Fiscais	862
				Passivos Fiscais	13.178
Fiscais diferidas	13.287	13.287	(109)	Diferidos	13.178
Total do Passivo	**162.268**			**Total do Passivo**	**164.358**

Balanço Patrimonial - Patrimônio Líquido

Classificação Anterior	Saldo em 31/12/2024	Efeitos Resoluções – Reclassificação	Efeitos Resoluções – Remensuração	Nova Classificação	Saldo em 01/01/2025
Capital social	330.000			Capital Social	330.000
Reservas de lucros	155.717			Reservas de Lucros	155.717
Outros resultados abrangentes	211		(211)	Outros Resultados Abrangentes	-
			(190)	Lucros ou Prejuízos Acumulados	(190)
Total do Patrimônio Líquido	**485.928**			**Total do Patrimônio Líquido**	**485.527**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**648.196**			**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**649.885**

(e.2) Conciliação do Patrimônio Líquido após Adoção das Resoluções BCB nº 352/2023 e 178/2022

Patrimônio Líquido em 31/12/2024	**485.928**
Resolução BCB nº 178/2022 - Arrendamento Mercantil	(138)
Resolução BCB nº 352/2023 – Reclassificação TVM	(211)
Resolução BCB nº 352/2023 - Perdas Esperadas	(52)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	**485.527**

(e.3) Saldos de Abertura Balanço Patrimonial Após Reclassificação e Remensuração

Balanço Patrimonial	
Ativo	**01/01/2025**
Ativos Financeiros	550.061
Disponibilidades	410
Instrumentos Financeiros	549.651
Ao Custo Amortizado	490.228
Títulos e Valores Mobiliários	467.804
Outros Ativos Financeiros	22.539
(-) Provisão para Perdas Esperadas	(115)
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	59.423
Títulos e Valores Mobiliários	59.423
Ativos Fiscais	54.214
Correntes	11.269
Diferidos	42.945
Outros Ativos	40.472
Imobilizado	5.138
Imobilizado de Uso	8.089
(-) Depreciações Acumuladas	(2.951)
Total do Ativo	**649.885**
Passivo	**01/01/2025**
Passivos Financeiros	14.021
Ao Custo Amortizado	14.021
Outros Passivos Financeiros	14.021
Provisões Cíveis e Fiscais	862
Passivos Fiscais	23.282
Correntes	10.104
Diferidos	13.178
Outros Passivos	126.193
Total do Passivo	**164.358**
Patrimônio Líquido	
Capital Social	330.000
Reservas de Lucros	155.717
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(190)
Total do Patrimônio Líquido	**485.527**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**649.885**

Nota 03 - Principais Práticas Contábeis da Administradora de Consórcios
As práticas contábeis adotadas pela Banrisul Consórcios estão descritas nos itens a seguir.
(a) Apuração do Resultado
As receitas e as despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência, independentemente de recebimento ou pagamento. As aplicações financeiras são atualizadas conforme rendimentos mensais. A taxa de administração dos contratos com clientes e as comissões para obtenção destes contratos são reconhecidas ao longo do período ao qual se refere o contrato com a cota de consórcio.
(b) Receita de taxa de administração
Conforme Resolução BCB 120/21 (CPC 47), o processo para reconhecimento da receita de taxa de administração engloba 5 (cinco) etapas:
- **Identificação do Contrato com o Cliente:** O contrato refere-se ao acordo firmado entre a administradora e o consorciado para a prestação de serviços de organização e gestão do grupo de consórcio;
- **Identificação das Obrigações de Desempenho:** A principal obrigação de desempenho consiste na prestação contínua de serviços de administração do grupo, individualizada por cota, ao longo de toda a duração do contrato com o consorciado, incluindo atividades como apuração de contemplações e entrega da carta de crédito, organização de assembleias, gestão de recursos, controle de inadimplência e demais atividades administrativas. Essas obrigações podem ser satisfeitas em momento específico do tempo, ou ao longo do tempo;
- **Determinação do Preço da Transação:** Corresponde ao valor da contraprestação que a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente (cota), representado pela Taxa de Administração estabelecida contratualmente no Termo de Adesão, calculada como um percentual sobre o valor do bem ou serviço objeto do consórcio;
- **Alocação do Preço da Transação às Obrigações de Desempenho:** Dado que o contrato contempla essencialmente uma única obrigação de desempenho — a administração contínua da cota do consorciado desde sua adesão até o encerramento do grupo — a totalidade do preço da transação é alocada a essa obrigação de desempenho. Assim, a receita correspondente é atribuída uniformemente ou de acordo com o padrão de consumo do serviço ao longo do período contratual;
- **Reconhecimento da Receita:** Ocorre à medida que a companhia cumpre a obrigação de desempenho junto ao cotista, limitado ao encerramento do grupo de consórcio (mês da última assembleia). O reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que considera a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor quando devido.

(c) Caixa e Equivalentes a Caixa
Caixa e equivalentes a caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
(d) Ativos e Passivos Financeiros
Os conceitos de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com o Art. 2º, incisos I e XVIII, respectivamente, emanados pela Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023.
Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com os modelos de negócios definidos pela Instituição ao Custo Amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e/ou ao Valor Justo por meio do Resultado, podendo haver reclassificações. Os passivos, em geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento dado para operações à Custo Amortizado e, em algumas exceções, conforme tratamento dado às operações à Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação.
As classificações dos ativos e dos passivos financeiros podem ser assim definidas:
- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.
- **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na demonstração de resultados, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada "outros resultados abrangentes". Os outros resultados abrangentes incluem itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na demonstração de resultados do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no balanço patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na demonstração do resultado abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que são reclassificados para a demonstração de resultados.
- **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na demonstração de resultados da Instituição. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(d.1) Classificação dos Ativos Financeiros
O normativo destaca o requerimento de que a classificação contábil dos ativos financeiros deve ser dada com base nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos e nos modelos de negócios da Instituição.
Características Contratuais dos Fluxos de Caixa - Teste de SPPJ
O Teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.
Modelos de Negócio
Trata-se de um documento formalizado pela Instituição que representa a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de: obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no Teste de SPPJ). Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.
A Instituição atualmente classifica os seus ativos financeiros com base nos seguintes modelos de negócios:
- **Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA):** Ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente são reconhecidos pelo valor justo adicionado aos custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva).
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir descasamentos contábeis. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

(d.2) Classificação de Passivos Financeiros
A companhia classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias. De acordo com o art. 9º da Resolução BCB n° 352/2023, os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado. Exceção constante no mesmo art. 9º da Resolução: os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas.
As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.
(d.3) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
O Art. 1º § 3º da Res. BCB 352/23 afirma que os critérios para evidenciação em notas explicativas constantes na normativa não se aplicam para ativos provenientes de contratos da instituição com clientes. Embora a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito seja requerida.
A taxa de administração a receber trata-se de receita de prestação de serviços prestados pela Banrisul Consórcios conforme previsto no Regulamento de Grupos de Consórcios, o que descaracteriza como rentabilidade originalizada de concessão de crédito, visto que não há desembolso da Administradora para que o consorciado faça jus a utilização da carta de crédito.
Desta forma, de acordo com a metodologia aplicada no reconhecimento da receita de taxa de administração, o cálculo de provisão é aplicado sobre saldo de rendas a receber baseado no histórico de inadimplência revisado a cada *report*.

(e) Imobilizado de Uso
É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear utilizando taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.
Os itens imobilizados e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Se houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
A companhia registra as operações de arrendamento mercantil de acordo com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos, desde que não conflite com a Resolução BCB nº 178/2022 a qual entrou em vigor em janeiro de 2025.
(f) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes cumprem os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25:
- **Provisões:** reconhecidas quando há obrigação presente (originada de eventos passados), com provável saída de recursos para liquidação da obrigação cujo valor possa ter estimativa confiável.
- **Contingências Ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- **Contingências Passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

(g) Imposto de Renda e Contribuição Social
A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 ao ano (R$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo ativos fiscais e refletidos no resultado do período. O reconhecimento dos tributos diferidos é baseado nas expectativas atuais de realização das provisões constituídas, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.
(h) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.
Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem provisões para riscos judiciais e provisões para perdas esperadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas semestralmente.

Nota 04 - Principais Práticas Contábeis dos Grupos de Consórcios
As práticas contábeis adotadas para a Contabilidade dos Grupos de Consórcios estão descritas nos itens a seguir.
(a) Disponibilidades e Aplicações Financeiras
Recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração. As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço. A mensuração das aplicações financeiras é realizada pelo valor justo, conforme determina a Resolução BCB nº 352/2023.
(b) Direitos junto a Consorciados Contemplados
Registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.
(c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados
Previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante é calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.
(d) Contribuições Devidas ao Grupo e Obrigações do Grupo por Contribuições
Contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.
(e) Valores de Bens ou Serviços a Contemplar
Valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.
(f) Obrigações com Consorciados
Valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.
(g) Valores a Repassar
Valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.
(h) Obrigações por Contemplações a Entregar
Créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.
(i) Recursos a Devolver a Consorciados
Recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.
(j) Recursos dos Grupos
Recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.
(k) Risco de Crédito
Os Grupos de Consórcio possuem Seguro de Quebra de Garantia, que visa garantir ao grupo o recebimento de recursos da seguradora em caso de inadimplemento do consorciado contemplado.

Nota 05 - Resumo das Operações de Consórcios
As operações de grupos de consórcio em andamento apresentam as seguintes posições em 31 de dezembro de 2025.

Descrição	2025
Grupos administrados	120
Consorciados ativos	71.998
Bens entregues – no ano	11.043
Bens entregues – total	36.983
Bens pendentes de entrega	7.610
Desistentes/Excluídos – no ano	8.145
Desistentes/Excluídos – total	52.330

A taxa de inadimplência é de 4,08%.

Nota 06 - Caixa e Equivalentes a Caixa (Administradora)
Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em depósitos bancários à vista e em fundo de investimento.

	Nota	2025
Disponibilidades - Depósitos Bancários à Vista[1]		163
Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa[2]	7c	31.011
Total		**31.174**

(1) O saldo de disponibilidades é de R$ 184, dos quais R$ 21 referem-se a valores bloqueados judicialmente, o que resulta em R$ 163 de caixa e equivalente de caixa.
(2) Aplicação com liquidez imediata, utilizada pela companhia para gestão de caixa.

Nota 07 - Ativos Financeiros (Administradora)
(a) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários

	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Total
Letras Financeiras	116.868	488.196	605.064
Total	**116.868**	**488.196**	**605.064**

As Letras Financeiras foram emitidas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com vencimentos entre 730 e 1.096 dias e rendimento médio de 106,8% do CDI.

(b) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Outros Ativos Financeiros

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
Cotas de Consórcio Adquiridas	-	-	1.854	1.639	968	17.952	22.413
Serviços Prestados a Receber [1]	-	1.257	-	-	-	-	1.257
Outras Rendas a Receber [1]	-	361	-	-	-	-	361
Outros	184	234	-	-	-	-	418
Total	**184**	**1.852**	**1.854**	**1.639**	**968**	**17.952**	**24.449**

(1) Receitas da competência 12/2025 apropriadas conforme a competência cuja liquidação ocorrerá 01/2026.

(c) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado - Títulos e Valores Mobiliários

	Sem Vencimento
Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa	31.011
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário [1]	1.375
Total	**32.386**

(1) Saldo de acordo com o valor de contratos futuros divulgadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Nota 08 – Outros Ativos (Administradora)

	2025
Custo Incremental para Obtenção de Contrato [1]	52.712
Outros	1.652
Total	**54.364**

(1) Comissões registradas de acordo com a Resolução BCB nº 120 (CPC 47).

Nota 09 – Outros Passivos Financeiros (Administradora)

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Total
Obrigações de Arrendamento	-	123	379	1.089	455	2.046
Sociais e Estatutárias	-	-	27.728	-	-	27.728
Parceiros Comerciais	-	6.311	-	-	-	6.311
Obrigações com partes relacionadas	-	2.713	-	-	-	2.713
Outros	475	1.450	-	-	-	1.925
Total	**475**	**4.286**	**34.418**	**1.089**	**455**	**40.723**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

banrisul consórcio

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92692979/0001-24
Rua Siqueira Campos, 833 - 4º andar - Porto Alegre - RS

Nota 10 - Provisões Cíveis e Fiscais e Passivos Contingentes (Administradora)
A Banrisul Consórcios possui provisões e passivos contingentes para processos judiciais cíveis (decorrentes de processos movidos por consorciados) bem como provisões e passivos contingentes para processos judiciais fiscais (resultantes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos à cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios). Não há provisões de ações trabalhistas.
a) Provisões para Processos Judiciais Cíveis e Fiscais – Prováveis
As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Provisões Cíveis	Provisões Fiscais	2025
Saldo Inicial	590	272	862
Constituição e Atualização Monetária	287	17	304
Reversão da Provisão	(262)	-	(262)
Baixas por Pagamento	(49)	-	(49)
Saldo Final	**566**	**289**	**855**

b) Passivos Contingentes
De acordo com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões para os passivos contingentes classificados como possíveis pelos assessores jurídicos. Não há passivos contingentes trabalhistas e cíveis classificados como possíveis em 31/12/2025.

	31/12/2025
Passivos Contingentes Fiscais	39.743

Nota 11 - Outros Passivos (Administradora)

	Até 12 Meses	Após 12 Meses	31/12/2025
Taxa de Administração a Apropriar [1]	59.731	47.743	107.474
Provisões Operacionais	9.153	-	9.153
Outros	-	739	739
Total			**117.366**

(1) Antecipações de taxa de administração recebidas dos cotistas de grupos de consórcios a apropriar de forma linear conforme contrato com cliente.

Nota 12 - Patrimônio Líquido (Administradora)
a) Capital Social
O Capital Social no valor de R$ 330.000 é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é o acionista majoritário, com participação de 99,7% do total das ações.
b) Distribuição de Resultados
O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.
A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida de acordo com a Lei das S/A e o estatuto social da companhia.
O quadro a seguir demonstra o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de acordo com o estatuto social vigente.

	2025
Lucro Líquido do Período	116.319
(-) Reserva Legal (5%)	(5.816)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	110.503
Dividendos Propostos (25%)	27.626
Dividendos por Ações em Circulação – R$	0,31

Nota 13 - Receita de Prestação de Serviços (Administradora)

	2º Semestre 2025	2025
Taxa de Administração de Consórcio [1]	95.792	158.120
Taxa de Permanência sobre Recursos Não Procurados	4.469	9.305
Outras Receitas de Serviços	1.758	1.864
Total	**102.019**	**169.289**

(1) Receita reconhecida de acordo com a metodologia descrita na nota 3(b) que em 2025 conforme implementação sistêmica permitiu a apuração da taxa de administração por contrato/cota.

Nota 14 - Outras Despesas Administrativas (Administradora)

	2º Semestre 2025	2025
Serviços de Terceiros	(11.785)	(22.543)
Diretoria e Conselhos	(1.611)	(3.052)
Comissões de Vendas	(12.775)	(16.736)
Processamento de Dados	(2.133)	(4.497)
Propaganda e Publicidade	(2.295)	(3.336)
Doações e Patrocínios (deduções IRPJ/CS)	(1.480)	(1.480)
Provisões Operacionais	(1.833)	(9.323)
Diversas	(1.261)	(2.314)
Total	**(35.173)**	**(63.282)**

Nota 15 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (Administradora)
(a) Conciliação do Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre 2025	2025
Resultado Antes dos Tributos	**106.537**	**172.359**
Adições (Exclusões) Permanentes/Temporárias – IRPJ [1]	(31.595)	(21.767)
Adições (Exclusões) Permanentes/Temporárias – CSLL [1]	(31.622)	(21.810)
(=) Base IRPJ	**74.942**	**150.592**
(=) Base CSLL	**74.915**	**150.549**
Imposto de Renda	(19.488)	(38.388)
Contribuição Social	(6.742)	(13.550)
Deduções Doações e Patrocínios	1.480	1.480
IRPJ e CSLL Corrente	(24.750)	(50.458)
IRPJ e CSLL Diferidos	(11.210)	(5.582)
IRPJ e CSLL Registrados no Resultado	**(35.960)**	**(56.040)**

(1) Majoritariamente, as adições e as exclusões são temporárias e referem-se, em grande parte, a ajustes ao regime de competência do CPC 47 (receita antecipada e custo incremental para obtenção de contrato).

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativo

	Saldo Inicial 01/01/2025	Constituição (Realização)	Saldo Final 31/12/2025
Provisões Operacionais	1.229	1.883	3.112
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	-	16	16
Perdas Esperadas	39	(39)	-
Receitas Antecipadas	41.384	(4.843)	36.541
Provisões Cíveis e Fiscais	293	(2)	291
Total do Ativo Fiscal Diferido	**42.945**	**(2.985)**	**39.960**

(c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2026	6.149	17.080	23.229
2027	2.111	5.864	7.975
2028	1.068	2.966	4.034
2029	592	1.645	2.237
2030	281	781	1.062
2031	148	411	559
Após 2031	229	635	864
Total 31.12.2025	**10.578**	**29.382**	**39.960**

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa SELIC, é de R$ 32.754.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Passivo

	Saldo Inicial 01/01/2025	Constituição (Realização)	Saldo Final 31/12/2025
Custo Incremental para Obtenção de Contrato	13.179	2.598	15.777
Total do Passivo Fiscal Diferido	**13.179**	**2.598**	**15.777**

Nota 16 - Transações com Partes Relacionadas (Administradora)
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de baixo risco.
As transações com partes relacionadas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. compreendem depósitos e aplicações em letras financeiras, bem como o acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Consórcios. O Fundo Premium é administrado pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários. Além disso, o Banrisul mantém relação com o Banrisul Instituto Cultural e Social, associação civil sem fins lucrativos integrante do Grupo Banrisul, para a qual foram realizadas doações no exercício, enquadrando-se assim como parte relacionada para fins de divulgação contábil.
A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
Os Administradores possuem uma cota de grupo de consórcio administrado pela companhia.

	31/12/2025 Ativos (Passivos)	2º Semestre 2025 Receitas (Despesas)	2025 Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.			
Disponibilidades	184	-	-
Ativos Financeiros	605.064	41.799	74.335
Obrigações Sociais e Estatutárias	(27.538)	-	-
Convênio Prestação de Serviços	(2.713)	(18.926)	(29.088)
Outros	(1.030)	(833)	(1.648)
Fundo Premium FI RF LP			
Ativos Financeiros	31.011	5.490	10.192
Banrisul Instituto Cultural e Social			
Outras Despesas Administrativas	-	(690)	(690)

Nota 17 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes (Administradora)
O artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente como o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício de 2025 a companhia não registrou resultado não recorrente.
Nota 18 - Aplicações Financeiras (Grupos de Consórcios)
As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R$ 758.963 e estão alocadas em cotas de fundos referenciados DI administrados pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários.
Nota 19 - Direitos Junto a Consorciados Contemplados (Grupos de Consórcios)
Os direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	2025
Curso Normal	998.939
Em Atraso	5.035
Em Cobrança Judicial	4.631
Total	**1.008.605**

Nota 20 - Gerenciamento de Risco
A Banrisul Consórcios adota uma estrutura de gerenciamento de riscos operacionais e de mercado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, e, em atendimento à Resolução nº 352/2023, reforça seu compromisso com a solidez, a transparência e a governança corporativa.
A estrutura de gerenciamento de riscos está integrada aos processos estratégicos e operacionais da companhia, sendo compartilhada com seu controlador, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), o que assegura sinergia, padronização e efetividade na gestão dos riscos relevantes.
Essa estrutura contempla políticas, procedimentos e sistemas voltados à identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais e de mercado, com base em critérios de materialidade e proporcionalidade. A governança de riscos é composta por instâncias com responsabilidades claramente definidas, respeitando a segregação de funções e assegurando o reporte tempestivo à alta administração.
A estrutura de controles internos é continuamente avaliada quanto à sua efetividade, por meio de testes periódicos e planos de ação corretivos, quando necessário. Relatórios gerenciais são elaborados com periodicidade definida, permitindo o acompanhamento sistemático dos riscos e contribuindo para a tomada de decisões fundamentadas e alinhadas ao apetite de risco da instituição.

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026.

Cesar Luis Baumgratz | Elói Astir Stertz | Felipe Moreira Cruzeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Cotistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Banrisul Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria das demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2(e) às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

João Paulo Stellfeld Passos
Contador CRC nº 1 PR 053072/O-7

Diretoria
Gilberto Capoani
Diretor-Presidente
Artemino Raimundo Rosin
Diretor
Otomar Oleques Vivian
Diretor

Conselho de Administração
Fernando Postal - **Presidente**
Flávio Pompermayer - **Vice-Presidente**
Giusepe Lo Russo - **Conselheiro**
Marcelo Soares Alves - **Conselheiro**
Sonia Maria Nogueira Saconi - **Conselheira**
Werner Köhler - **Conselheiro**
Ladir Cezar Cardoso Matias - **Conselheiro**

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora
CRC RS-056194

PUBLICIDADE LEGAL

TERACOM TELEMÁTICA S.A.

CNPJ 02.820.966/0001-09 NIRE 43300057119

Relatório da Diretoria: A Administração da Teracom Telemática S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com a Legislação Societária.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		26.393	54.723
Clientes	3	112.018	103.466
Estoques	4	92.716	96.877
Impostos a recuperar	5	11.595	12.230
Adiantamentos		7.205	5.884
Outras contas a receber		3.191	2.660
Total circulante		**253.118**	**275.840**
Não Circulante			
Clientes	3	773	1.306
Depósitos judiciais		191	165
Imobilizado	6	39.149	36.525
Intangível		58	74
Impostos diferidos	7	92	665
Total não circulante		**40.263**	**38.735**
Total do Ativo		**293.381**	**314.575**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	19.410	23.960
Empréstimos e financiamentos	9	4.280	4.216
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	13.300	10.530
Obrigações Fiscais	11	5.835	4.756
Adiantamento de clientes		3.304	2.818
Dividendos e JSCP a pagar		11.188	10.420
Outras contas a pagar		1.335	1.045
Provisão para Serviços		5.578	7.629
Total Circulante		**64.230**	**65.374**
Não Circulante			
Provisão p/conting. Trabalhistas	12	5.838	5.141
Empréstimos e financiamentos	9	31.250	19.775
Dividendos e JSCP a pagar		28.101	-
Total não Circulante		**65.189**	**24.916**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	13	150.501	150.501
Reservas de Lucros	13	13.461	73.784
Total do patrimônio líquido		**163.962**	**224.285**
Total do passivo e do patrim. líq.		**293.381**	**314.575**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros: Res. p/efetivação de novos Invest.	Reserva de Lucros: Res. Lucros a Realizar	Prej./Lucros acumulados	Total patrim. líquido
Saldos em 31/12/2023	**150.501**	**9.478**	**53.029**	**32.054**	**-**	**245.062**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.456	24.456
Lucros distribuídos	-	-	(35.000)	(10.000)	-	(45.000)
Destinação reserva de novos investim.	-	-	22.054	(22.054)	-	-
Constituição de reserva legal	-	1.223	-	-	(1.223)	-
Distribuição de dividendos e JSCP	-	-	-	-	(232)	(232)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	23.000	(23.000)	-
Saldos em 31/12/2024	**150.501**	**10.701**	**40.083**	**23.000**	**(0)**	**224.286**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.777	21.777
Lucros distribuídos	-	-	(53.083)	(10.000)	(18.810)	(81.893)
Destinação reserva de novos investim.	-	-	13.000	(13.000)	-	-
Constituição de reserva legal	-	1.088	-	-	(1.088)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(207)	(207)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	1.672	(1.672)	-
Saldos em 31/12/2025	**150.501**	**11.789**	**-**	**1.672**	**(0)**	**163.962**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2025	2024
Receita Líquida de Vendas	14	**296.064**	**259.961**
Custo dos Produtos Vendidos e Serv. Prestados		(184.566)	(145.441)
Lucro Bruto		**111.498**	**114.520**
(Despesas) Receitas operacionais			
Despesas com Vendas		(42.520)	(39.546)
Despesas Administrativas		(43.559)	(43.542)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento		(42.381)	(41.219)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		34.219	30.602
Resultado antes das receitas (desp.) financeiras		**17.257**	**20.815**
Receitas financeiras		7.651	9.264
Despesas financeiras		(2.761)	(3.054)
Variação cambial, líquida		358	(1.407)
Resultado financeiro líquido		**5.248**	**4.803**
Lucro antes IR e da contribuição social		**22.505**	**25.618**
Imposto de Renda e contrib. social - Corrente	7	(155)	(528)
Imposto de Renda e contrib. social - Diferido	7	(573)	(634)
Lucro líquido do exercício		**21.777**	**24.456**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRAGENTES

	2025	2024
Resultado do exercício	21.777	24.456
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**21.777**	**24.456**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das Atividades Operacionais	Nota	2025	2024
Lucro do exercício		21.777	24.456
Ajustes para conciliar o resultado as disp. geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização	6	2.565	2.576
Prov.(Reversão) p/créditos de liquid. duvidosa, líq.	3	1.870	839
Provisão(Reversão) para perda no estoque, líquido	4	(3.100)	834
Provisão(Reversão) para riscos trabalhistas	12	697	(178)
Variação Cambial não efetiva		690	562
Encargos e Variação Cambial s/financiamentos	9	1.522	513
Baixa do Ativo Imobilizado	6	248	204
Impostos diferidos	7	573	634
(Aumento) redução em ativos:			
Clientes		(10.165)	(4.735)
Estoques		7.261	(489)
Depósitos judiciais		(26)	11
Impostos a recuperar		635	1.235
Outras contas a receber		(2.158)	2.651
Aumento (redução) em passivos:			
Fornecedores		(4.657)	5.315
Obrigações sociais e trabalhistas		2.770	(2.060)
Obrigações fiscais		1.079	(4.956)
Outras contas a pagar		(1.275)	5.042
Caixa Gerado nas operações		**20.305**	**32.454**
Juros pagos sobre empréstimos	9	(878)	(384)
Caixa líq. (aplic. nas) gerado pelas ativ. operac.		**19.427**	**32.070**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de Imobilizado	6	(5.411)	(2.682)
Aquisições de Intangível		(10)	-
Caixa líq. (aplic.nas) gerado p/ativ. de invest.		**(5.420)**	**(2.682)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(53.232)	(46.409)
Empréstimos e financiamentos			
Contratação de empréstimos e financiamentos	9	15.100	14.900
Amortização de empréstimos e financiamentos	9	(4.205)	(4.730)
Caixa líq. (aplic. nas) gerado p/ativ. de financ.		**(42.338)**	**(36.239)**
Redução de caixa e equivalente de caixa. liquidos		**(28.330)**	**(6.851)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		54.723	61.574
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		26.393	54.723

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Teracom Telemática S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no Brasil, com sede em Eldorado do Sul, localizada na Rua América, número 1000, Rio Grande do Sul. A Companhia é fabricante de equipamentos para o setor de telecomunicações e informática, provendo soluções avançadas de Metro Ethernet (Switches e Roteadores), soluções para o ambiente Corporativo (Switches e Wi-Fi), Concentradores e Terminais GPON, Multiplexadores DWDM, Servidores, bem como Sistemas de Gerenciamento de Redes para telecomunicações. Os produtos são voltados para a transmissão de voz e dados, produzidos com tecnologia própria, desenvolvida através de investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento, e incorporam grande valor tecnológico capaz de fornecer soluções completas aos clientes da Companhia por preços competitivos. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil com observâncias aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 27 de fevereiro de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas na moeda funcional foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.1 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. ***a. Moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. ***b. Caixa e equivalentes de caixa:*** Incluem os saldos em caixa, conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa estão registradas por valores equivalentes ao valor justo na data do encerramento do exercício. Estas aplicações estão disponíveis para utilização no fluxo de caixa diário. As aplicações, cuja destinação não será a manutenção das operações e seu uso será a partir de 90 dias, são separadas de caixa e equivalentes de caixa e classificadas como aplicações financeiras no balanço patrimonial. ***c. Estoques:*** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de compra estimado para o curso normal dos negócios, acrescidos dos custos e despesas de compra. A política interna da Companhia para constituição de provisão inclui: provisão para itens sem giro há mais de 3 anos, sem uso ou sem previsão de uso nos próximos dois anos. Além disso, materiais avaliados como obsoletos, sem previsão de utilização para novos produtos ou cuja recuperabilidade é improvável. ***d. Ativos imobilizados:*** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, desde que não alterem de forma relevante a vida útil do bem. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os terrenos não são depreciados. ***e. Impairment de ativos não financeiros:*** Os ativos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. ***f. Provisões:*** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. ***g. Imposto de renda e contribuição social:*** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente é o imposto devido sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes de diferenças temporárias resultantes da eliminação de receitas ou despesas não tributáveis em exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, à medida que exista expectativa de geração de resultado tributável suficiente para a utilização de tais créditos. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ***h. Capital social:*** O capital social está integralmente dividido em ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. ***i. Receita financeira:*** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. ***j. Subvenção governamental:*** As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como subvenções a realizar pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas ou redutoras da despesa de mesma natureza em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

3. Clientes: O saldo de contas a receber está assim representado:

	2025	2024
A Vencer	100.208	83.251
Vencidas até 30 dias	6.190	14.021
Vencidas até 60 dias	1.624	2.634
Vencidas até 90 dias	1.181	633
Vencidas até 180 dias	1.527	1.359
Vencidos há mais de 180 dias	10.712	9.653
Total	**121.441**	**111.552**

A movimentação na provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa está apresentada abaixo:

PDD	2025	2024
Saldo no início do exercício	(6.780)	(5.941)
Constituição de provisão	(5.189)	(3.389)
Perda Efetiva	23	327
Reversão de provisão	3.296	2.223
Saldo no fim do exercício	**(8.650)**	**(6.780)**

4. Estoques:

	2025	2024
Produtos Acabados	33.977	33.630
Produtos Acabados em Poder de Terceiros	511	628
Produtos em Elaboração	3.661	5.453
Matérias-primas	58.422	64.105
Matérias-primas em Poder de Terceiros	554	570
Provisão p/Perda de Estoques (Poder de Terceiros)	(41)	(323)
Provisão para Perda de Estoques (Obsoletos)	(4.368)	(7.186)
Total	**92.716**	**96.877**

A movimentação na provisão para perdas de estoques está apresentada abaixo:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	**(7.509)**	**(6.676)**
Reversão (Constituição) de provisão	3.100	(833)
Saldo no fim do exercício	**(4.409)**	**(7.509)**

5. Impostos a recuperar:

	2025	2024
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.020	2.643
Benefício P&D RN/PPB Lei 13969 de 2019 (i)	7.775	7.731
ICMS s/ Operações Diversas	905	835
PIS a Recuperar	118	124
COFINS a Recuperar	540	573
Demais Impostos	237	324
Total	**11.595**	**12.230**

(i) De acordo com a lei 13.969 de 2019 são habilitados créditos financeiros para a compensação de impostos federais. Para esta habilitação ocorrer, a Companhia deve fazer investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento.

6. Imobilizado: A composição do ativo imobilizado:

2025	Taxas anuais de Deprec. (%)	Custo	Deprec. acumul.	Líquido
Terrenos		7.037	-	7.037
Prédios e Edificações	2%	18.772	(3.880)	14.892
Móveis & Utensílios	8%	3.449	(3.102)	347
Máquinas e Equipamentos	6%	23.435	(16.253)	7.182
Instalações	5%	8.606	(5.169)	3.437
Computadores e Periféricos	13%	7.696	(5.032)	2.664
Equipamentos Telefônicos	10%	211	(166)	45
Máquinas e Equipamentos Datacom	6%	4.641	(2.559)	2.082
Imobilizações em Andamento		1.463	-	1.463
		75.310	**(36.161)**	**39.149**

2024	Taxas anuais de Deprec. (%)	Custo	Deprec. acumul.	Líquido
Terrenos		7.037	-	7.037
Prédios e Edificações	2%	18.567	(3.567)	14.999
Móveis & Utensílios	8%	3.439	(2.980)	458
Máquinas e Equipamentos	6%	22.103	(15.278)	6.825
Instalações	5%	8.591	(4.735)	3.856
Computadores e Periféricos	13%	6.931	(5.295)	1.636
Equipamentos Telefônicos	10%	173	(157)	16
Máquinas e Equipamentos Datacom	6%	3.788	(2.309)	1.479
Imobilizações em Andamento		217	-	219
		70.846	**(34.321)**	**36.525**

7. Imposto de renda e contribuição social: a. Impostos diferidos: A Companhia analisou as estimativas de resultado futuros e constatou que, embora as projeções mostrem lucro contábil, é provável que os lucros fiscais futuros sujeitos à tributação disponíveis para serem utilizados sejam reduzidos. A Companhia considerou na análise a utilização do benefício da Lei do Bem e exclusão do crédito financeiro da Lei de Informática, que reduzem significativamente os lucros fiscais futuros. Desta forma a Companhia constituiu os impostos diferidos somente para as diferenças temporárias.

8. Fornecedores:

	2025	2024
Fornecedores Mercado Interno	6.000	4.898
Fornecedores Mercado Externo	13.411	19.061
	19.411	**23.959**

9. Empréstimos e financiamentos:

Instituição	Moeda/Encargos	Vencto.	2025 Circu-lante	2025 Não circul.	2024 Circu-lante	2024 Não circul.
BNDES	Real/TR + 4,75% a.a.	2027 e 2034	4.280	31.250	4.216	19.775
			4.280	**31.250**	**4.216**	**19.775**

10. Obrigações sociais e trabalhistas:	2025	2024
Salários e Ordenados a Pagar	2.715	89
Pensão Alimentícia a Pagar	8	9
INSS a Recolher	1.370	1.552
FGTS a Recolher	360	444
Participação de Empregados a Pagar	1.142	1.323
Provisão p/Férias e Encargos	7.705	7.113
	13.300	**10.530**

11. Obrigações fiscais:	2025	2024
COFINS a Recolher	745	186
PIS a Recolher	161	39
IPI a Recolher	1.864	1.094
ICMS a Recolher	1.089	786
ISSQN a Recolher	45	57
Ret. PIS/COFINS/CSLL a Recolher	51	59
IRRF a Recolher	1.880	2.532
	5.835	**4.753**

12. Provisão para contingências: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. No final do exercício, a Companhia possui o montante de R$ 5.837 (R$ 5.141 em 2024) provisionado como contingências prováveis de perda, de acordo com a posição da administração e de seus assessores jurídicos, as quais são relacionadas a riscos trabalhistas. A Companhia também possui outros processos e obrigações trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como risco possível de perda, no montante de R$ 130 (R$ 80 também em 2024), os quais são relacionados a riscos trabalhistas, para os quais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nenhuma provisão foi constituída. **13. Patrimônio líquido:** ***a. Capital social:*** O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é composto de 15.000.000 ações ordinárias, no valor nominal de R$ 10,03 cada uma. ***b. Reserva de lucros:*** De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado, após dedução dos eventuais prejuízos acumulados, poderá ser destacada uma parcela correspondente à participação nos lucros destinados aos Acionistas da Companhia, respeitando o limite que a legislação estabelece. O saldo remanescente do resultado do exercício terá a destinação de 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal. E, após a distribuição de dividendos obrigatórios, o saldo remanescente, exceto se outra for a decisão aprovada em Assembleia Geral, será destinado à constituição da Reserva para Efetivação de Novos Investimentos. ***c. Dividendo mínimo obrigatório:*** Do saldo remanescente, do item anterior, ajustado na forma da lei, 1% (um por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório. Em 2025, foi destinado o montante de R$ 207 a título de dividendos obrigatórios conforme o Estatuto Social. Durante o exercício, foi revertido da Reserva de Novos Investimentos o montante de R$ 53.083 e foi destinado da Reserva de Lucros a Realizar o montante de R$ 10.000, ambos com destinação à Dividendos a Pagar, de acordo com as ATAS de AGE aprovadas. **14. Receita operacional líquida:** Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta, para fins fiscais, e a receita apresentada nas demonstrações de resultados do exercício:

	2025	2024
Venda de Produtos	326.421	296.983
Venda de Mercadorias	33.023	25.242
Prestações de Serviços	18.937	13.456
Total da receita bruta	**378.381**	**335.681**
(-) Impostos sobre as Vendas	(75.836)	(66.196)
(-) Devoluções, abatimentos e cancelamentos	(6.482)	(9.524)
Receita Líquida de Vendas	**296.063**	**259.961**

Abaixo, apresentamos a composição da receita bruta fiscal, por região:

	2025	2024
Receita no Brasil	363.739	324.875
Receita no exterior	14.642	10.806
Receita bruta	**378.381**	**335.681**

Nota: As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, inclusive com o parecer de auditoria emitido pela

PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP000.160/F-6
Marcelo de Souza Nicolau - Contador - CRC 1SP-255.758/O-9
Antônio Carlos Tiecher Pôrto - Presidente.

PUBLICIDADE LEGAL

SHOPPING JOÃO PESSOA S/A

CNPJ/MF nº 92.889.724/0001-56 – NIRE 43 3 0002129 7

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, temos a satisfação de submeter a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Diretoria

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras)

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em Reais)

ATIVO	NE	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	592.679	44.762
Créditos	5	837.274	1.107.103
Outros créditos		387.366	324.916
Estoques de Imóveis		5.200	5.200
		1.822.520	**1.481.981**
NÃO CIRCULANTE			
Investimento	6.a	10.420.427	11.141.534
Imobilizado	6.b	126.154	43.280
		10.546.581	**11.184.814**
TOTAL		**12.369.101**	**12.666.795**

PASSIVO	NE	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores		403.979	380.426
Obrigações sociais e tributárias		207.203	243.906
Valores a distribuir		752.430	658.171
Empréstimos mútuo		56.415	92.444
Outros passivos circulante		288.059	187.008
		1.708.086	**1.561.955**
NÃO CIRCULANTE			
Contingências	8	208.266	444.939
Valores a distribuir		1.777.744	1.777.744
Empréstimos mútuo		-	53.926
Adiant. p/futuro aum. de Capital		-	-
		1.986.010	**2.276.609**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	9.a	14.600.992	14.600.992
(-) Capital a integralizar		-	-
		14.600.992	**14.600.992**
RESERVA DE LUCROS			
Reserva Legal		569.285	569.285
Reserva p/Invest. e Capital		2.175.106	2.175.106
		2.744.391	**2.744.391**
Prejuízos Acumulados		(7.870.253)	(7.699.912)
		(7.870.253)	**(7.699.912)**
OPERAÇÃO DO PRÉDIO			
Condomínio		(354.068)	(354.068)
Fundo de Promoção		(446.058)	(463.173)
		(800.125)	**(817.240)**
TOTAL		**12.369.101**	**12.666.795**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Aluguel	1.733.279	1.864.812
Quiosque e Estandes	553.135	504.712
Estacionamento	541.559	430.131
Outras Receitas	244.620	7.878
Receita Financeira	32.684	8.601
	3.105.278	**2.816.134**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
PIS	38.819	32.482
COFINS	178.938	149.703
ISS	391	330
	218.147	**182.515**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.887.130**	**2.633.619**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas	2.272.228	2.978.559
Depreciações	727.295	717.359
Despesas Financeiras	26.091	40.455
	3.025.615	**3.736.373**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IR E CSLL	**(138.485)**	**(1.102.754)**
IRPJ	13.866.93	-
CSLL	17.972.27	-
	31.839.20	**-**
LUCRO OU (PREJUÍZO) DO EXERC.	**(170.324)**	**(1.102.754)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Fluxo de Caixa Proveniente das Operações	2025	2024
Lucros/Prejuízos do exercício	**(170.324)**	**(1.102.754)**
Ajustes ao resultado do exercício		
Ajuste Exercício anterior	17	-
Depreciações	727.295	717.359
Créditos de liquidação duvidosa	(120.630)	(59.237)
Provisão para contingências	(236.674)	157.086
Variação nos ativos e passivos:		
Créditos	390.459	151.234
Outros ativos circulantes	(62.450)	(145.151)
Fornecedores	(23.553)	55.523
Obrigações sociais e tributárias	(4.864)	(86.285)
Outros passivos circulantes	116.284	34.594
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais	**615.561**	**(277.631)**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimentos		
Adições ao ativo permanente	(89.063)	(999)
Recursos Líquidos Provenientes nas Atividades de Investimentos	**(89.063)**	**(999)**
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamentos		
Valores a distribuir aos empreendedores	111.374	74.412
Empréstimos mútuo	(89.955)	(55.851)
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades de Financiamentos	**21.419**	**18.561**
Aumento (redução) no caixa e equiv. de caixa	**547.917**	**(260.069)**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	44.762	304.831
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	592.679	44.762
Aumento (redução) no caixa e equiv. de caixa	**547.917**	**(260.069)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Rubricas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2023	**14.600.992**	**2.744.391**	**(6.597.158)**	**10.748.225**
Prejuízo do Exercício	-	-	(1.102.754)	(1.102.754)
Saldo em 31/12/2024	**14.600.992**	**2.744.391**	**(7.699.912)**	**9.645.471**
Prejuízo do Exercício	-	-	(170.324)	(170.324)
Ajuste Exercício Anterior	-	-	(17)	(17)
Saldo em 31/12/2025	**14.600.992**	**2.744.391**	**(7.870.253)**	**9.475.130**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: O ***SHOPPING JOÃO PESSOA S/A.***, constituído como uma "sociedade anônima" de capital fechado, com sede à Av. João Pessoa, n° 1.831, Porto Alegre, RS, tem por finalidade a incorporação, construção, lançamento e administração de centros comerciais e outros imóveis comerciais, bem como a compra e venda de imóveis vinculados aos seus objetivos.

NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76), e com as alterações posteriores (Leis n°s 11.638/07 e 11.941/09). A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada pela Administração em 05 de Março de 2026.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: Dentre as principais práticas contábeis adotados para a preparação das demonstrações contábeis ressaltamos: **a) Apuração do Resultado do Exercício:** É adotado o regime de competência para registro das operações. **b) Ativo Circulante:** Apresentado pelos valores de realização, incluindo os encargos e variações monetárias quando aplicáveis, considerando: b.1) Caixa e equivalentes de caixa - incluem caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. b.2) Clientes - constituída com base no valor original dos aluguéis a receber. As receitas de juros e multas moratórias sobre valores em atraso são reconhecidas quando recebidas. **c) Investimentos:** Estão demonstrados ao custo de aquisição. **d) Imobilizado:** Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixados por espécie de bens, como segue:

- Instalações e Móveis e Utensílios 10% aa
- Construção, Melhorias e Reformas 4% aa
- Equipamentos de Informática 20% aa

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não se verificou a existência de indicadores que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

CIRCULANTE	2025	2024
Caixa	133	1.056
Aplicação de liquidez Imediata	592.546	43.706
	592.679	**44.762**

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, atualizadas pelos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

	2025	2024
Aluguéis a receber	417.335	401.331
Condomínio	382.633	671.012
Fundo de promoção	37.306	34.760
	837.274	**1.107.103**

NOTA 6 - INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO:

a) Investimentos:

Descrição Custo	Imóvel	Construções, Melhorias e Reformas	Total
Saldos em 31/12/2023	3.489.488	15.313.814	18.803.302
Adições	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	3.489.488	15.313.814	18.803.302
Adições	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	**3.489.488**	**15.313.814**	**18.803.302**
Depreciação			
Saldos em 31/12/2023	(2.682.667)	(4.268.025)	(6.950.692)
Adições	(105.402)	(605.674)	(711.076)
Saldos em 31/12/2024	(2.788.069)	(4.873.699)	(7.661.768)
Adições	(155.034)	(566.073)	(721.107)
Saldos em 31/12/2025	**(2.943.103)**	**(5.439.771)**	**(8.382.875)**
Valor residual líquido	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	**546.385**	**9.874.043**	**10.420.427**

b) Imobilizado:

Descrição Custo	Instalações	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Máquinas e Equipamentos Diversos	Total
Saldos em 31/12/2023	1.210.539	131.166	75.453	53.158	1.470.316
Adições	-	-	-	999	999
Saldos em 31/12/2024	1.210.539	131.166	75.453	54.157	1.471.315
Adições	-	4.004	-	90.731	94.735
Subtração	-	-	-	(3.876)	-
Saldos em 31/12/2025	**1.210.539**	**135.170**	**75.453**	**141.011**	**1.562.173**
Depreciação					
Saldos em 31/12/2024	(1.206.639)	(130.375)	(75.453)	(9.285)	(1.421.752)
Adições	(958)	(315)	-	(5.010)	(6.283)
Saldos em 31/12/2025	(1.207.597)	(130.690)	(75.453)	(14.295)	(1.428.035)
Adições	(960)	(542)	-	(6.483)	(7.985)
Saldos em 31/12/2025	**(1.208.557)**	**(131.231)**	**(75.453)**	**(20.778)**	**(1.436.020)**
Valor residual líquido	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	**1.982**	**3.939**	**-**	**120.233**	**126.154**

NOTA 7 - PROVISÕES PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Correspondem ao valor do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados com base no lucro real incidentes sobre as receitas faturadas pelo regime de competência.

NOTA 8 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: A Companhia é parte em processos judiciais, oriundos no curso normas das operações, os quais envolvem questões trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O capital social da Companhia, é R$ 14.600.992,23 (Quatorze milhões, seiscentos mil, novecentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos), representado por 613.132.778 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país.

b) Reserva Legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social.

c) Reserva para Investimentos e Capital de Giro: Constituída do saldo remanescente de Lucros Acumulados, após destinação de 50% como dividendos obrigatórios, atendendo ao Estatuto Social e à legislação vigente.

d) Dividendos: De acordo com o estatuto social, a Assembleia destinará aos acionistas 50%, no mínimo, como dividendo obrigatório. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 não foram distribuídos dividendos antecipados.

NOTA 10 - SEGUROS: A Companhia mantém apólice de seguro n° 17.18.0102195.12 com a Chubb Seguros Brasil S.A, com as seguintes coberturas:

	2025	2024
Incêndio, raio, explosão etc.	30.000.000	30.000.000
Alagamento/Inundação	200.000	200.000
Despesas com Desentulho	200.000	200.000
Quebra de Vidros	100.000	100.000
Roubo/Furto Qualificado	40.000	40.000
Responsabilidade Civil	1.500.000	1.500.000
Danos Elétricos	250.000	250.000
Tumultos/Greves	250.000	250.000
Vendaval	400.000	400.000
Perda/Pagamento de Aluguel	1.000.000	1.000.000
Anúncios Luminosos	500.000	-
Total	**34.440.000**	**33.940.000**

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025

ANGELO EMANOEL GOMES BOF - Diretor - CPF 007.345.110-00

OTÁVIO SIMÕES RODRIGUES - Superintendente - CPF 464.738.740-20

CLECIR AIRES TEIXEIRA - Contadora - CRCRS 049618/O-9 - CPF 459.044.720-72

Relatório dos Auditores Independentes

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros do Shopping João Pessoa S/A **Porto Alegre - RS**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do **Shopping João Pessoa S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Shopping João Pessoa S/A** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, e na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração e governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação geral, estrutura, conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 05 de março de 2026.

ALEXANDRE DOS SANTOS VALENTE
Sócio - Responsável Técnico - Contador - CRC/RS nº 052.679/O-0-S-SP - CNAI 3.330
VINICIUS SCHERER
Sócio - Contador - CRC/RS nº 070.381/O-0
CAPITAL AUDITORES E CONSULTORES EMPRESARIAIS S/S - CRC/RS 7.543

PUBLICIDADE LEGAL

BRDE - BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 - EXTRATO DO EDITAL Nº 09/2026 - RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 07/2026 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO - CARGOS DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

O Sr. Heraldo Alves das Neves, Diretor Administrativo do BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, torna público, por este Extrato, a Retificação da Homologação do Resultado Final para os cargos de Assistente Administrativo do Concurso Público nº 01/2025, em conformidade com o respectivo Edital de Abertura e suas alterações. O Edital de Retificação da Homologação do Resultado Final está disponibilizado, na íntegra, no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br.

Porto Alegre, 13 de março de 2026. Heraldo Alves das Neves - **Diretor Administrativo**